

# Escolhas Vocacionais: Primeiros Dados dum Estudo Longitudinal (\*)

MARGARIDA CÉSAR (\*\*)

## 1. INTRODUÇÃO

As escolhas vocacionais que os jovens efectuam ao longo da sua vida têm sido objecto de numerosos estudos empíricos e reflexões teóricas, constituindo uma das preocupações centrais para os psicólogos e os educadores. Em Portugal, Faria de Vasconcelos foi o primeiro director, de 1925 a 1939, do Instituto de Orientação Profissional e, desde essa data, vários trabalhos têm sido realizados no domínio da orientação escolar e profissional. No entanto, é inegável que o maior desenvolvimento da orientação escolar e profissional se deu, em termos internacionais, após a II Grande Guerra e que, em Portugal, o aparecimento das Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação foi um factor determinante para o estabelecimento de serviços de orientação escolar e profissional em muitas escolas e para a elaboração de trabalhos empíricos e teóricos.

Durante muitos séculos, a profissão de cada nova geração era muito semelhante à dos seus

familiares directos e do mesmo sexo. Porém, à medida que o trabalho se tornou mais tecnológico e especializado, houve uma migração para as cidades, as relações familiares tornaram-se cada vez mais nucleares e os jovens passaram a ser confrontados com hipóteses de formação académica mais longas e diversificadas. Assim, a escolha de uma futura carreira passou a ser mais complexa e as famílias sentiram-se incapazes de recolher e coordenar toda a informação disponível e necessária para as decisões vocacionais a tomar. Também se sentiam incapazes de determinar em que tipo de estudos e profissões os seus filhos teriam mais hipóteses de sucesso, que é outra das suas preocupações centrais. Numa sociedade em que a ciência e a tecnologia são encaradas como uma possibilidade de acesso a novas oportunidades de vida, a orientação escolar e profissional especializada ganha um enorme campo de actuação, passando a ser implementada em muitas escolas.

Por outro lado, o prolongamento da escolaridade obrigatória e a evolução do mercado do trabalho, com o conseqüente alargamento do número de sujeitos que aspiram a um grau académico superior ao 9º ano de escolaridade, criou um público mais vasto, ávido de quem o possa auxiliar a seleccionar informação e ensinar a tomar decisões vocacionais adaptadas às suas aptidões e interesses. Assim, os serviços de orientação escolar e profissional têm proliferado nos últimos 10 anos e a procura destes serviços, por parte dos jovens, é cada vez maior.

---

(\*) Expressamos os nossos agradecimentos a todos os jovens que participaram neste trabalho e aos Conselhos Directivos e Professores das Escolas Preparatória de Santarém e Escolas Secundárias Ginstal e Sá da Bandeira.

Esta investigação foi apresentada no III Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Lisboa (Portugal), 21 a 23 de Outubro de 1992.

(\*\*) Departamento de Educação, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Por influência de diversos autores (Crites, 1969; Ginzberg et al., 1951; Holland, 1966 e Super, 1953) a escolha vocacional deixou de ser encarada como pontual e passou a ser considerada como um processo, o que lhe deu uma nova dimensão desenvolvimentista. A esta mudança de modelo estão associadas alterações das práticas, nomeadamente o aparecimento de programas de orientação vocacional como o Programa de Orientação da Carreira (Ferreira Marques, Caeiro & Rebelo Pinto, 1985) ou as intervenções realizadas pelo Serviço de Consulta Psicológica e de Orientação Vocacional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Taveira, 1986).

Estes programas concebem a orientação vocacional como continuada, desenvolvendo-se a acção do especialista em sessões semanais, ao longo do ano lectivo. Permitem um melhor conhecimento do jovem, facilitando-lhe o processo de desenvolvimento vocacional e implementando uma autonomia crescente na recolha e sistematização de informação, bem como no processo de tomada de decisão. Além disso, como as sessões são em grupo, a interacção entre pares enriquece o processo de desenvolvimento pessoal e cria dinâmicas motivadoras para os jovens. Estas novas práticas não excluem a existência paralela de exames de orientação vocacional para jovens que não frequentem os referidos programas. Mas é reconhecido, pelos diversos autores, que a intervenção continuada é mais completa e eficiente do que os exames de orientação vocacional, nos quais as acções realizadas são muito breves e pontuais.

Actualmente, com a expansão que se tem verificado na utilização das novas tecnologias nas escolas, no mercado de trabalho e nas casas dos próprios alunos, a orientação escolar e profissional também tem recorrido à introdução dessas novas tecnologias como forma de actualização das suas práticas (Sampson, 1990; Taveira, 1989 e 1992). Os conteúdos deste tipo de recurso foram inspirados nas teorias de Ginzberg et al., (1951) e Super (1953, 1980), reflectindo a sequência de estádios que estes autores conceptualizaram. A sua utilização não é defendida como ideal por todos os autores (Sampson, 1990), principalmente quando o recurso aos computadores é total, abandonando o papel fundamen-

tal que as relações entre pares e jovem/especialista têm no processo de tomada de decisão. Mas a sua utilização em determinados momentos torna as possibilidades para quem recorre a este tipo de serviços cada vez mais diversificadas, o que permite adaptar de forma mais eficiente a intervenção proposta ao caso de cada sujeito.

Apesar dos esforços que têm sido feitos no sentido de democratizar a escola, oferecendo as mesmas oportunidades a todos os que a frequentam, sabemos que são as crianças provenientes de meios populares que são mais atingidas pelo insucesso escolar. É também do conhecimento geral que o acesso aos cursos superiores não se faz em iguais percentagens para as diversas classes sociais. Assim, pareceu-nos do maior interesse proceder a um estudo longitudinal sobre as escolhas vocacionais dos jovens, para podermos compreender melhor como evoluem e se implementam as escolhas vocacionais que eles vão tendo de fazer. Um melhor conhecimento e compreensão dos processos de escolha vocacional por parte dos jovens portugueses parecem-nos fundamentais para que a orientação vocacional consiga, de forma eficaz, não ser mais um instrumento de reprodução das diferenças sociais.

Trata-se de um estudo pioneiro, pois não temos conhecimento de nenhum estudo longitudinal realizado no nosso país, neste domínio. Em termos internacionais, estes estudos são também escassos, provavelmente pelos custos e dificuldades práticas de concretização que envolvem. Os estudos longitudinais a que tivemos acesso referem-se sobretudo a estudantes pré-universitários e universitários (Dumora, 1990; Dupont, Ballif & Jobin, 1987; Häyrynen, 1991 & Kneip, 1987), pelo que cobrem uma problemática diferente da que considerámos, sendo a deles mais directamente ligada ao sucesso escolar e profissional subsequente a determinadas escolhas vocacionais.

No nosso estudo pretendemos identificar os factores que influenciam de forma decisiva as escolhas vocacionais dos jovens, determinar os diversos padrões de percurso escolar que existem nas *Coortes* observadas, compreender de forma mais aprofundada o modo como as escolhas vocacionais são encaradas ao longo do percurso escolar, tentando determinar pontos-chave de tomada de decisão e o modo como as escolhas

vocacionais evoluem, bem como o que leva os sujeitos a abandonarem os projectos vocacionais que têm, nos casos em que isso acontece. Como a escolaridade obrigatória, quando iniciámos o nosso estudo, terminava no 6.º ano, decidimos que uma das *coortes* seria acompanhada desde esse ano de escolaridade. Assim, conseguimos acompanhar alguns percursos de jovens que abandonaram a escola logo que concluíram o 6.º ano e podemos entrevistá-los para aprofundar os motivos que os levaram a uma escolha desse tipo. Dado que os jovens têm que fazer uma das escolhas vocacionais mais importante no final do 9.º ano de escolaridade, optámos por começar a acompanhar a 2.ª *coorte* desde o 8.º ano de escolaridade. Em ambas fizemos um acompanhamento até ao 12.º ano dos alunos que não reprovaram desde o início deste trabalho. Os dados foram recolhidos de 1984/85 a 1990/91.

A análise dos nossos dados será feita a diversos níveis, não sendo todos eles apresentados nesta comunicação. Começaremos por fazer uma comparação entre os diversos anos de escolaridade abrangidos, tentando caracterizar cada um deles e identificando pontos de mudança nas escolhas vocacionais dos sujeitos. Paralelamente, sempre que isso se justificar para clarificar as nossas hipóteses explicativas, daremos breves exemplos de algumas das informações recolhidas através das entrevistas. Numa outra comunicação será feita uma análise aprofundada das diversas entrevistas que realizámos e serão traçados os diversos percursos escolares e vocacionais típicos, que encontramos na nossa investigação. Por fim, procederemos a uma análise quantitativa dos percursos vocacionais de todos os sujeitos estudados.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1. *Sujeitos*

Realizámos um estudo longitudinal, sendo a nossa amostra constituída por duas *coortes*. Na primeira *Coorte* temos 2820 questionários respondidos e na segunda 1815. A diferença de protocolos entre as duas *coortes* deve-se ao facto de a primeira incluir sujeitos desde o 6.º ano de escolaridade, enquanto que a segunda só os acompanha a partir do 8.º ano. Em cada ano de

escolaridade foram consideradas todas as turmas das escolas oficiais da cidade de Santarém, uma do ensino preparatório e duas do ensino secundário. Os dados relativos a 1988/89 não puderam ser tratados, pelo que não constam dos resultados apresentados. Assim, a amostra final é constituída por 4635 protocolos. Destes, 408 são do 6.º ano de escolaridade, 526 do 7.º ano de escolaridade, 1103 do 8.º ano de escolaridade, 900 do 9.º ano de escolaridade, 460 do 10.º ano de escolaridade, 835 do 11.º ano de escolaridade e 403 do 12.º ano de escolaridade. Todos os sujeitos desta amostra frequentavam o ensino diurno.

### 2.2. *Instrumentos*

Nesta investigação foram utilizados questionários e entrevistas. Os questionários pretendiam obter dados pessoais como o sexo, a idade, o nível sócio-económico, as habilitações literárias e idade dos pais ou das pessoas com quem o jovem vivia e informações sobre as escolhas vocacionais a efectuar ou já efectuadas. Pretendíamos ainda saber quais as escolhas que os pais desejariam que os sujeitos fizessem, bem como as evoluções que essas escolhas iam sofrendo. Os questionários foram respondidos por escrito. Dado tratar-se de um estudo longitudinal, foi elaborado um questionário para cada ano de escolaridade, de modo a podermos acompanhar o percurso de cada jovem estudado e obter as informações mais adequadas para cada ano.

As entrevistas foram realizadas no ano lectivo em que os sujeitos deveriam frequentar o 9.º ano de escolaridade se não tivessem reprovado após o início deste estudo, nem abandonado a escola. Foram efectuadas 100 entrevistas semi-estruturadas, 50 para cada uma das *coortes*, de modo a complementar e aprofundar a informação anualmente recolhida por intermédio dos questionários. As entrevistas permitiram compreender de uma forma mais aprofundada as escolhas vocacionais efectuadas, os factores que nelas influíram de forma preponderante e aqueles que mais influenciam também os percursos escolares dos alunos. A sua análise demonstrou a existência de uma grande riqueza de conteúdo.

### 2.3. *Procedimento*

Os questionários foram aplicados colectiva-

mente, na sala de aula, no 3.º período de cada ano lectivo abrangido por este estudo. Não havia limite de tempo para resposta, mas os tempos médios foram de 10/15 minutos, excepto para o 6.º ano de escolaridade que foi de 30/40 minutos. Na aplicação dos questionários verificou-se que muitos sujeitos desconheciam algumas designações de cariz vocacional como disciplina de opção, disciplina obrigatória, área vocacional ou curso, tendo solicitado diversas informações a este respeito. Muitos deles também ignoravam dados referentes aos pais, nomeadamente quanto aos planos vocacionais que estes tinham para eles. Os sujeitos mostraram-se colaboradores e interessados, não tendo havido casos em que não quisessem participar. Os dados obtidos através dos questionários foram submetidos a um tratamento estatístico e, alguns deles, serão também analisados qualitativamente. Assim, teremos acesso quer a dados referentes a cada um dos anos de escolaridade considerados, quer aos percursos vocacionais dos sujeitos que integram a nossa amostra. Dado tratar-se de um estudo longitudinal, alguns sujeitos não serão considerados quanto ao seu percurso por apenas terem respondido ao nosso questionário num dos anos em que este trabalho decorreu. No entanto, quando analisarmos os dados por ano de escolaridade serão utilizados todos os protocolos.

Para as entrevistas decidimos contactar com sujeitos que representassem os diversos tipos de percurso que tínhamos verificado existirem: o percurso escolar sem reprovações; os que tinham entretanto reprovado mas que desejavam continuar a estudar até à obtenção de um grau académico superior ao 12.º ano; os que tinham reprovado e só desejavam concluir o 9.º ano e os que entretanto já tinham abandonado a escola. As entrevistas foram realizadas em dois meios diferentes, por razões de ordem prática: na escola, para os sujeitos que frequentavam o 9.º ano de escolaridade ou que, por terem reprovado entretanto, estavam no 7.º ou no 8.º ano de escolaridade; em casa do experimentador ou dos jovens seleccionados quando se tratava de sujeitos que já tinham abandonado os estudos. Os tempos de entrevista foram bastante variados, tendo as mais curtas demorado cerca de 10 minutos e as mais longas cerca de 50 minutos. Alguns dos sujeitos escolhidos para

as entrevistas não estavam disponíveis ou já não foi possível contactá-los. Nestes casos foram substituídos por outros cujo percurso escolar e as escolhas vocacionais pretendidas eram semelhantes. Nenhum sujeito se opôs a que a entrevista fosse gravada. Alguns revelaram alguma inibição inicial, mas que desaparecia à medida que a entrevista decorria. Nos casos em que as entrevistas foram mais curtas, não nos parece que o motivo seja atribuível ao facto de a entrevista ser gravada. Foi feita a transcrição de todas as entrevistas realizadas e, posteriormente, a sua análise de conteúdo.

### 3. RESULTADOS

Como o objectivo principal do nosso trabalho era o de compreender melhor como se processam as escolhas vocacionais que os jovens vão fazendo ao longo do seu desenvolvimento, pareceu-nos importante comparar os resultados obtidos em cada ano de escolaridade abrangido por este estudo.

Em relação à distribuição das subamostras por sexos, verificamos que no 6.º e 7.º anos há uma ligeira superioridade de elementos do sexo masculino, 52% de rapazes e 48% de raparigas. A partir do 8.º ano de escolaridade esta situação inverte-se: há 54% de raparigas nesse ano e no 9.º, 58% no 10.º, 61% no 11.º e 55% no 12.º ano.

A partir do 7.º ano de escolaridade o cálculo do  $\chi^2$  mostra que existe uma dependência entre as variáveis sexo e curso superior e profissão pretendidos, a justificação que dão para terem reprovado e o facto de terem feito ou pensarem fazer exames de orientação vocacional. A partir do 9.º ano de escolaridade passa também a haver dependência entre o sexo e a área do 10.º ano que pensam escolher ou que já escolheram. Verifica-se ainda uma dependência entre a variável sexo e o ano de escolaridade até onde os pais gostariam que os jovens estudassem ao nível do 7.º ano de escolaridade.

No que se refere às áreas do 10.º ano, enquanto que a área B é quase exclusivamente escolhida por elementos do sexo masculino, a área D tem uma predominância feminina nítida. As áreas C e E têm um equilíbrio entre os dois sexos ao nível das preferências do 9.º ano, mas quando a escolha se concretiza no 10.º passamos a consta-

tar que também há mais raparigas que rapazes na área C. A área A tem uma maior frequência feminina, embora menos marcada que a da área D. Os cursos técnico-profissionais são sobretudo escolhidos por rapazes. Quanto aos cursos superiores, as raparigas escolhem em maior percentagem medicina, veterinária, economia, gestão, línguas e cursos que dão acesso ao professorado, enquanto que os rapazes indicam uma grande variedade de outros cursos, como agronomia, engenharias, ou física. As profissões referidas estão de acordo com os cursos superiores desejados e são exprimidas em termos ainda pouco específicos (ex: engenheiro, sem indicar que tipo de). Quando justificam o facto de terem reprovado, os rapazes referem em maior percentagem que as raparigas a falta de estudo e os problemas com os professores. Curiosamente são também os rapazes os que menos recorrem aos exames de orientação vocacional.

No que se refere às repetências, no 6.º ano havia 10% de repetentes e 2% dos sujeitos que não responderam a esta questão. Para este ano de escolaridade o cálculo do  $\chi^2$  indica que há uma dependência entre as variáveis sexo e ser repetente, sendo os elementos de sexo masculino os que são repetentes em maior percentagem. Por esse motivo, há também dependência entre as variáveis sexo e idade, sendo os rapazes os mais velhos. No 7.º ano havia 20% de repetentes, no 8.º ano havia 25%, no 9.º ano havia 19%, no 10.º ano havia 18%, no 11.º ano havia 14% e no 12.º ano havia 19%. O cálculo do  $\chi^2$  indica que apenas há dependência para as variáveis sexo e ser repetente nos 8.º e 9.º anos, embora exista sempre uma maior percentagem de rapazes repetentes para todos os anos de escolaridade considerados. Se além de considerarmos apenas o facto de ser repetente no ano de escolaridade que frequentavam quando responderam ao questionário, tivermos também em conta as reprovações em anos anteriores, verificamos que o insucesso escolar aumenta. Por outro lado, verifica-se que entre as crianças que vivem com os avós, com tios ou em lares em que apenas habita um dos progenitores e outros familiares, o insucesso escolar é mais elevado do que nas que vivem com ambos os pais ou com estes e os irmãos. O cálculo do  $\chi^2$  indica a existência de uma dependência entre a variável ser repetente e o nível sócio-económico, o curso superior pretendido, a

profissão desejada, os objectivos a atingir com essa profissão e as notas que os alunos obtêm nas diversas disciplinas. Estas dependências verificam-se para todos os anos de escolaridade abrangidos por este estudo. Outra variável que se mostrou fundamental para o grau académico que desejavam atingir e para as notas que obtinham, para o 6.º ano de escolaridade, foi o das habilitações literárias do pai. No 7.º ano aparece um outro par de variáveis dependentes: as expectativas de quem vive com o jovem em relação ao final dos seus estudos e as pessoas que constituem esse mesmo agregado familiar (família nuclear vs. outros parentes).

Ao nível dos 6.º e 7.º anos de escolaridade, existe uma dependência entre as variáveis área que pensam escolher no 9.º ano e o ano de escolaridade até onde desejam estudar ou o curso superior pretendido. Porém, esta relação deixa de existir a partir do 8.º ano de escolaridade e do 10.º ano em diante não há sequer dependência entre a área escolhida no 9.º ano e no 10.º ano. Quanto à área escolhida a partir do 10.º ano de escolaridade, já existe dependência entre ela e o curso superior e a profissão pretendidos. As taxas de reprovação não são idênticas em todas as áreas do 10.º ano. A área D tem uma percentagem de reprovações muito inferior às das áreas A e C.

Embora nem sempre conhecessem as designações vocacionais correctas, como área de estudos ou disciplinas de opção e obrigatórias, quando elucidados sobre o que elas designavam os jovens demonstraram tê-las escolhido em função dos seus planos vocacionais e estes estavam adaptados à realidade do sistema escolar português, em termos legislativos. Só em casos esporádicos encontrámos jovens que estavam numa área de estudos que não dava acesso ao curso e profissão que pretendiam seguir. Nenhum destes jovens tinha tido contacto com o gabinete de orientação vocacional da sua escola.

Em todos os anos de escolaridade se verifica que a maioria dos alunos deseja continuar a estudar até concluir um curso superior e os cursos e profissões mais focados são os de maior prestígio social e os que eles associam a usufruir de melhores condições de vida. Observa-se também, em todos os anos de escolaridade, uma grande percentagem de jovens que não indica ou não sabe o curso superior que deseja (cerca

de 80% até ao 10º ano). Este número de não respostas aumenta ainda mais quando lhes perguntamos o curso ou profissão que os pais gostariam que eles seguissem. Este facto constata-se mesmo ao nível dos 11º e 12º anos, embora com percentagens um pouco mais baixas: cerca de 50%.

#### 4. DISCUSSÃO

Tratando-se de um estudo longitudinal, a maioria dos sujeitos que compõem a subamostra referente a cada ano de escolaridade são os mesmos, pelo que as diferenças encontradas entre os diversos anos podem ser atribuíveis à evolução que esses mesmos sujeitos vão sofrendo. Essa evolução é devida quer ao seu desenvolvimento pessoal, quer ao avanço que o seu percurso escolar vai tendo. Assim, a comparação entre os resultados obtidos para cada ano de escolaridade permite-nos explicitar a forma como evoluem as escolhas vocacionais, bem como dissecar os factores determinantes em cada momento dessa mesma evolução.

É curiosa a inversão de predominância dos dois sexos, a partir do 8º ano de escolaridade, sobretudo se pensarmos que em termos de população em geral existem mais elementos do sexo feminino que do masculino. No entanto, dado que interrogámos todos os jovens que frequentavam as escolas oficiais desta cidade, não podemos atribuir este facto ao acaso. Como tal, tentámos perceber este dado através das entrevistas que posteriormente realizámos. Assim, foi nítido que os pais dos alunos que abandonaram a escola logo após o 6º ano ou antes de concluírem o ciclo seguinte, eram muito menos condescendentes quanto à sua permanência no sistema de ensino, em relação aos elementos do sexo masculino. Quando eles tinham várias reprovações tendiam a forçá-los a abandonar a escola e, além disso, contavam mais com eles como força de trabalho potencial e como elementos susceptíveis de ganharem dinheiro com um emprego em idade precoce. Havia também uma maior preocupação em que «dessem um caminho à vida» e muito poucas expectativas em relação ao que a escola lhes poderia proporcionar nesse aspecto. Contudo, os jovens afirmavam geralmente que já tinham

acabado a escolaridade obrigatória e que eles sabiam ler e escrever e os pais não. O acesso ao grau que a escolaridade obrigatória conferia parecia-lhes um grande avanço em relação às habilitações habituais no seu meio de origem, que era bastante desfavorecido.

Convém realçar que a variável sexo começa a ter um peso cada vez maior a partir do 7º ano de escolaridade. Após esse ano começa a notar-se uma distinção cada vez mais nítida entre áreas de estudos, cursos superiores e profissões que são escolhidas em percentagens diferentes pelos elementos de cada sexo. Os papéis sexuais parecem ainda bastante diferenciados quando se trata de fazer escolhas vocacionais, por muitas evoluções que tenham existido nesse campo nas últimas décadas. É interessante notar que os jovens nunca referem explicitamente o sexo a que pertencem como motivo das suas opções vocacionais, mas esta variável parece ter um peso implícito de que eles próprios não se apercebem. Estas diferenças entre os dois sexos estão também presentes nas justificações dadas para as reprovações e no facto de os rapazes recorrerem menos a exames e programas de orientação vocacional. Há, provavelmente, uma educação que lhes favorece a independência, o não quererem assumir que podem precisar de ajuda, bem como um comportamento mais agressivo e em que os insucessos escolares são mais facilmente desculpados, nas classes mais favorecidas. O insucesso escolar que afecta a nossa amostra é bastante elevado, começando a manifestar-se logo no ensino básico. O facto de serem os rapazes os mais afectados por esse mesmo insucesso no 6º ano de escolaridade corrobora a explicação dada anteriormente quanto ao seu abandono da escola antes de terem concluído o 8º ano de escolaridade. Se observarmos que este estudo começou em níveis de escolaridade do ensino básico, as taxas de insucesso encontradas são bastante elevadas, o que é preocupante, pois não é isento de efeitos perversos em termos de escolhas vocacionais. São os alunos provenientes de níveis sócio-económicos mais baixos aqueles que mais reprovam, o que denota que a escola tem um carácter de reprodução das diferenças sociais, contrariamente ao que seria de desejar. Ao nível do 6º ano, provavelmente por ser o único ano da escolaridade obrigatória, as habilitações literárias dos pais revelaram-se um indica-

dor importante quanto ao sucesso escolar e quanto às expectativas em relação aos estudos. É de notar que a nossa amostra era constituída por muitos pais que apenas possuíam a 4.ª classe, o que condicionava a imagem que os progenitores tinham da escola, bem como a sua capacidade para discutirem assuntos ligados às aprendizagens escolares ou ajudarem os filhos em caso de necessidade. Por outro lado, o facto de os jovens com uma vida familiar fora da família nuclear tradicional terem um maior insucesso escolar indica que este pode estar relacionado com alguma instabilidade emotiva. Um ambiente familiar estável parece influir positivamente no sucesso escolar e estimular planos vocacionais que incluem estudos mais longos. Este facto prende-se também com as expectativas que têm aqueles que vivem com o jovem em relação à sua escolaridade e profissões futuras.

Como era de esperar, o curso superior e a profissão desejados pelo jovem estão dependentes do seu sucesso escolar. Assim, os cursos de mais difícil acesso são geralmente preferidos pelos alunos que não têm muitas reprovações, o mesmo acontecendo com as profissões de maior prestígio social. Por sua vez, os objectivos que os jovens procuram atingir também variam em função do sucesso escolar: são os que já reprovaram que mais indicam como objectivo ganhar dinheiro e estar bem na vida; são os que menos ou não reprovaram que falam em realização pessoal. De notar, ainda, o carácter cumulativo do insucesso escolar: em cada ano de escolaridade são os repetentes os que mais são atingidos por notas negativas. Assim, é como se ser repetente fosse uma desvantagem logo à partida, o que se torna penalizante. Por outro lado, indica também que a mera repetição não é, seguramente, uma garantia de sucesso escolar futuro, o que merece uma séria reflexão em termos do que defendemos como práticas escolares adequadas para combater o insucesso escolar.

A existência de uma opção no 9.º ano deveria ser aproveitada como uma oportunidade para experimentar uma área vocacional, antes da escolha que deverá ser feita no 10.º ano. Assim, seria de desejar que existisse uma dependência entre a escolha efectuada no 9.º e no 10.º ano. Porém, tal não se verifica. Até ao 7.º ano de escolaridade, os jovens estão convencidos de que

essa dependência faz sentido, daí que indiquem escolhas de áreas do 9.º ano relacionadas com os cursos que pretendem seguir. Mas, quando confrontados com a escolha, são outros os motivos que presidem à mesma: o facto dessa opção ter um horário menos sobrecarregado, o facto dessa opção existir na escola que frequentam e o ser ou não habitualmente escolhida por um grande número de alunos já com um passado agitado em termos de percurso escolar. Nas entrevistas realizadas observou-se que, de facto, a opção do 9.º ano não serve como uma forma de experiência prévia, sendo apenas mais uma disciplina que se junta ao restante curriculum, por vezes sem sequer se gostar muito dela. O que não deixa de levantar questões de fundo, como a da sua utilidade real. Dado que a partir do 10.º ano a relação entre a área escolhida e o curso e a profissão desejados volta a existir, quase podemos afirmar que os jovens só levam realmente a sério a escolha que fazem no 10.º ano de escolaridade. Aí as consequências de um erro de decisão já implicam voltar atrás na escolaridade e, como tal, esta escolha é sentida como sendo muito mais importante. Por fim, o facto de a área D ter uma percentagem de reprovações bastante inferior à das áreas A e C pode ter implicações em termos das escolhas vocacionais que os jovens fazem. Nas entrevistas e questionários aparece como justificação para a escolha da área D o facto dela não ter matemática, o que tem implícito que uma área sem matemática é mais fácil, bem como que muitos alunos não gostam dessa disciplina. Assim, uma disciplina que é tida como complicada e para a qual os sujeitos sentem «não ter jeito», é também um factor de peso na escolha vocacional que eles fazem. Vários jovens afirmaram que gostavam muito de determinados cursos com acesso pela área A ou C, mas que «matemática nunca conseguiriam fazer».

Apesar de ainda haver uma percentagem elevada de jovens que não recorre a exames ou programas de orientação vocacional, verificámos que a maioria se encontra suficientemente informada sobre os cursos que podem seguir e as áreas que lhes dão acesso. Isto leva-nos a crer que existem fontes de informação paralelas a este respeito e que, mesmo sem recorrer ao gabinete de orientação para um trabalho continuado, muitos jovens se dirigem lá quando pre-

cisam de informações pontuais concretas. Deste modo, o trabalho positivo que os gabinetes têm desempenhado nas escolas parece indiscutível. Tanto mais que a maioria dos jovens que recorreu aos seus serviços considera que foi muito útil tê-lo feito. No entanto, não deixa de ser estranho que ao nível do 12.º ano e estando no 3.º período, cerca de 50% dos jovens não saiba que curso superior pretende tirar. Supomos que o recurso a entrevistas teria sido útil para esclarecer melhor esta questão, pelo que são necessárias mais investigações nesta faixa da escolaridade.

O facto dos jovens associarem uma boa posição social e o ter boas condições de vida a terem um grau académico elevado leva-os a desejarem tirar um curso superior. Alguns citam também a realização pessoal e o gostarem do curso pretendido como factores determinantes para a sua escolha. No entanto, as entrevistas realçaram o facto de haver poucos cursos médios e de formação profissional como um facto que também influiu na opção por estudos mais longos. Sabemos, pelo que a experiência nos tem mostrado, que muitos destes jovens não irão frequentar o curso superior que agora referem como preferido e se isto se deve ao facto das entradas nas universidades estarem condicionadas a dadas médias, também se deve a que os jovens preferiram um leque bastante restrito de cursos por serem os mais divulgados socialmente. Assim, quando confrontados com outras hipóteses, nomeadamente na altura da candidatura à universidade, muitos deles acabam por escolher cursos que agora não são sequer citados.

Apesar de nenhum jovem afirmar que teve pressões explícitas do meio familiar para a escolha vocacional que fez e dos pais quase não serem indicados como um dos factores determinantes nas escolhas vocacionais que eles fizeram, é de salientar o facto de dizerem que os seus desejos vocacionais correspondem ao que os pais também gostariam que acontecesse. Isto pode significar que, nuns casos, essa influência existiu mas foi suficientemente discreta para que os jovens, na sua tendência para a autonomia e afirmação pessoal, não se apercebessem dela. Noutros casos, os jovens terão tido consciência de ter sido influenciados, como se denota nas entrevistas, mas não o explicitam facilmente por

pensarem que essa influência tem uma conotação social negativa por parte dos seus pais. Um terceiro grupo de jovens afirma, mesmo nas entrevistas, que os pais sempre os deixaram escolher livremente e que a sua escolha não teve a influência dos progenitores. Neste caso confirmam a sua hipótese realçando o aspecto de terem feito escolhas vocacionais que não são habituais na sua família nuclear. De qualquer modo, na nossa prática, temos sido frequentemente confrontados com a importância que os pais e os professores têm efectivamente nas escolhas vocacionais, embora seja igualmente usual os jovens negarem esse tipo de influências.

## 5. CONCLUSÃO

Embora se trate apenas de uma primeira apresentação dos resultados deste estudo, julgamos interessante salientar que a variedade dos instrumentos permitiu dois tipos de abordagem diferentes, o que foi bastante enriquecedor. De facto, se não tivéssemos complementado a informação recolhida nos questionários, não podíamos ter confirmado algumas das hipóteses explicativas que levantámos quando da sua análise.

O facto de se tratar de um estudo *longitudinal* permite observar o desenvolvimento vocacional dos sujeitos e as evoluções que se vão verificando. É notório o papel cada vez mais relevante de variáveis como o sexo, bem como as diferenças entre os diversos anos de escolaridade considerados no que se refere às escolhas das áreas do 9.º e 10.º anos de escolaridade. De realçar o papel desempenhado pelo final da escolaridade obrigatória quanto aos abandonos da escola e, ainda, o carácter nítido de maior importância que os jovens conferem à escolha vocacional que têm de efectuar quando decidem a área do 10.º ano que irão frequentar.

Dado que a escola se tem revelado um mecanismo de reprodução das diferenças sociais, as variáveis de tipo social, como o nível sócio-económico ou as habilitações literárias dos pais são também importantes quer para as escolhas vocacionais, quer para os tipos de percurso escolar dos alunos. Finalmente, gostaríamos de notar que a escola se tem manifestado incapaz de resolver de forma satisfatória os problemas de

insucesso escolar. Prova disso é o facto dos jovens com mais repetências serem os que mais têm notas negativas. Deste modo, a orientação vocacional acaba por estar comprometida logo à partida, pois o percurso escolar destes jovens é tão acidentado que dificilmente isso não irá influir de forma negativa sobre as opções vocacionais que eles tomam.

Devido ao crescente grau de complexidade das escolhas que os jovens fazem actualmente parece-nos de focar o papel fundamental que a existência de gabinetes de orientação nas escolas parece ter. Apesar de ser possível que um maior número de jovens passe a recorrer aos seus serviços sem ser de forma pontual, é inegável que um longo caminho já foi percorrido e que os jovens referem estes serviços como muito úteis. Pena é que por vezes as mudanças em termos de sistema de ensino sejam feitas tão frequentemente e sem a transmissão de todas as informações necessárias com a antecedência devida, como tem acontecido com as regras de ingresso na universidade. Esta actuação dificulta quer a procura de informação e consequente tomada de decisão por parte dos jovens, quer dificuldades para os que profissionalmente trabalham na orientação profissional.

## BIBLIOGRAFIA

- Crites, J.O. (1969). *Vocational Psychology*. New York: McGraw Hill.
- Dumora, B. (1990). La dynamique vocationnelle chez l'adolescent de collège: continuités et ruptures. *L'orientation scolaire et professionnelle*, 19(2): 111-127.
- Dupont, J.-B., Ballif, J.-F. & Jobin, C. (1987). Rôle et Fonction des Intérêts dans la Définition du Project Professionnel. *L'orientation scolaire et professionnelle*, 16(3): 207-229.
- Ferreira Marques, J., Caeiro, L. & Rebelo Pinto, H. (1985). O Programa de Orientação da Carreira (POC) para o 9º ano de escolaridade: organização geral e avaliação em 1982/83, in *Intervenção Psicológica na Educação*. (J. Cruz, L. Almeida & O. Gonçalves, Eds.). Porto: Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia.
- Ginzberg, E., Ginsburg, S., Axelrad, S. & Herma, J. (1951). *Occupational choice: an approach to a general theory*. New York: John Wiley & Sons.
- Häyrynen, Y.-P. (1991). Les déterminants sociaux des valeurs et des intérêts des jeunes au cours de la période post-industrielle: une étude des défis à la psychologie du conseil au cours des années 1990. *L'orientation scolaire et professionnelle*, 20(4): 357-376.
- Holland, J.L. (1966). *The psychology of vocational choice*. Waltham, Mass: Blaisdell.
- Kneip, N. (1987). Déterminants de la performance scolaire — étude de la validité prédictive d'un modèle multidimensionnel. *L'orientation scolaire et professionnelle*, 16(4): 323-346.
- Sampson, J.P.Jr. (1990). Evaluating Computer-Assisted Career Guidance Systems: Synthesis and Implications. *Journal of Career Development*, 17(2): 143-149.
- Super, D.E. (1953). A Theory of vocational development. *American Psychologist*, 8: 189-190.
- Super, D.E. (1980). A life-span, life span approach to career development. *Journal of Vocational Behavior*, 16: 282-298.
- Taveira, M.C. (1986). Consulta psicológica em grupo e orientação vocacional de jovens do 9º ano. *Jornal de Psicologia*, 5(2): 17-20.
- Taveira, M.C. (1989). Novas Tecnologias de Informação e Orientação Vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 5: 81-94.
- Taveira, M.C. (1992). Sistema Projectos: orientação vocacional apoiada por computador. *Jornal de Psicologia*, 10(1): 21-25.

## RESUMO

O principal objectivo deste trabalho é estudar o modo como os jovens portugueses fazem as suas escolhas vocacionais. Para tal, procedeu-se a um estudo longitudinal, entre 1984/85 e 1990/91, utilizando duas coortes. Todos os jovens responderam, anualmente, a um questionário. Além disso, 100 jovens que frequentavam o 9º ano de escolaridade ou que o frequentariam caso não tivessem abandonado os estudos, foram escolhidos para serem entrevistados. Este estudo pretende determinar os factores mais relevantes nas escolhas vocacionais que os jovens fazem e relacioná-las com o insucesso escolar. Considerando a escolha vocacional um processo que decorre ao longo do tempo, procurámos acompanhá-lo e, assim, compreender melhor os mecanismos em jogo e os pontos mais determinantes em termos de decisão. Nesta comunicação apresentaremos uma primeira análise dos resultados, tendo em conta os estudos quantitativos e qualitativos efectuados. Pensamos que a discussão alargada dos resultados obtidos poderá ser útil para todos os que trabalham no domínio da Psicologia Educacional e da Orientação Vocacional e que pretendem implementar uma colaboração mais eficiente entre a Psicologia e a Educação.

## RESUME

Le principal objectif de cette recherche c'est étudier la façon selon laquelle les jeunes portugais font leurs choix vocationnelles. On a fait une étude longitudinale, entre 1984/85 et 1990/91, en utilisant deux cohortes. Tous les jeunes ont répondu, chaque année, à un questionnaire. En plus, 100 jeunes qui fréquentaient la 9<sup>ème</sup> année scolaire ou que y seraient s'ils n'avaient pas échoué ou abandonné l'école, ont été choisis pour faire un entretien. Notre recherche a comme but la détermination des facteurs plus importants pour les choix vocationnelles des jeunes et les relier avec le succès scolaire. Considérant le choix vocationnelle comme un processus qui découle dans le temps, nous avons choisi de l'accompagner, en essayant de mieux comprendre les mécanismes en jeu et les points plus déterminants en termes de décision. Dans cette communication nous présenterons une première ana-

lyse des résultats concernant les données quantitatives et qualitatives.

## ABSTRACT

The main goal of this research is to study the way portuguese teenagers do their vocational choices. So, we were doing a longitudinal work between 1984/85 and 1990/91, using two cohortes. All the teenagers answered to an anual questionnaire. One hundred of them were also chosen to do an interview when they were supposed to be in the 9<sup>th</sup> grade. This study wants to determinate the main criteria in the vocational choices teenagers do and to relate them with the school achievement. Considering the vocational choice as a process that occurs in a certain time we tried to follow it and to understand better the mecanisms that played an important role. We also tried to find out the most relevant points in terms of decision. In this paper we will show a first analysis of the quantitative and qualitative data.